

USINA SANTA LÚCIA S.A.

CNPJ nº 44.207.249/0001-48
Em 31 de março de 2023 (Em milhares de reais)

Balança Patrimonial					Demonstrações dos Valores Adicionados					
		Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
Ativos	Notas	2023	2022	2023	2022	Notas	2023	2022	2023	2022
Ativos Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	3	24	147,25	26	40					
Aplicações financeiras	3	201,699	177,225	240,175	184,673					
Contas a receber										
clientes e outros recebíveis	4	800	171	1,095	371					
Contas a receber - Copersucar	4	46,234	38,153	46,234	38,153					
10 faturas	5 e 6	1,146	1,577	1,664	1,507					
Adiantamentos a fornecedores	7	8,144	5,611	8,239	5,653					
Impostos a recuperar	6	8,974	3,708	8,980	3,711					
Indenizações a receber	8	1,222	3,708	1,222	3,708					
Despesas do exercício seguinte	8	486	853	486	853					
Total do ativo circulante		430.383	351.822	467.340	384.153					
Ativo não circulante										
Clientes e outros a receber	4	228	228	228	228					
Partes relacionadas	28	9	9	9	9					
Impostos a recuperar	18	3,633	4,517	3,382	4,517					
Depósitos judiciais	18	53,387	42,084	56,637	42,084					
Investimentos	9	67,426	63,166							
Em sociedades controladas		34,059	28,903	34,059	28,903					
Em sociedades não controladas	10	589,675	577,594	620,114	608,955					
Imobilizado										
de longo prazo	26	39,360	44,611	39,360	44,611					
Contratos de Parceria	26	39,360	44,611	39,360	44,611					
Intangível	12	921	887	921	887					
Total do ativo não circulante		1.222.079	1.113.851	1.222.614	1.114.339					
Total do ativo		1.652.462	1.465.673	1.689.954	1.498.492					
Passivos Circulante										
Fornecedores	14	21,183	25,956	21,186	25,976					
Emprestimos e financiamentos	13	965	2,727	965	2,727					
Obrigações										
contratos de parceria	26	16,781	17,522	16,781	17,522					
Salários e férias a pagar	15	6,539	5,685	6,612	5,751					
Impostos e contribuições a recolher	16	9,250	11,939	10,006	12,341					
Dividendos e juros a pagar										
Total do passivo circulante		118.856	106.184	119.418	106.672					
Passivo não circulante										
Emprestimos e financiamentos	13	17,262	17,431	17,262	17,431					
Obrigações em contratos de parceria	16	121,236	125,612	121,236	125,612					
IR e CS Diferido	18	54,182	39,642	54,182	39,642					
Provisão para contingências	18	54,182	39,642	54,182	39,642					
Total do passivo não circulante		216.260	209,775	215,260	209,775					
Total do passivo		335.116	315.959	334.678	316.447					
Patrimônio líquido										
Capital social	19	400,000	400,000	400,000	400,000					
Reserva legal	19	15,754	9,589	15,754	9,589					
Reserva para Impostos	19	183,837	190,416	183,837	190,416					
Reservas de lucros	19	288,372	297,849	288,372	297,849					
Lucros do exercício	19									
Total do patrimônio líquido		887,963	797,892	887,963	797,892					
Total do patrimônio líquido e patrimônio líquido		1.222.079	1.113.851	1.222.614	1.114.339					

Demonstrações dos Resultados					
		Controladora		Consolidado	
Notas	2023	2022	2023	2022	
Receita Bruta de Vendas	21	202,370	202,370	202,370	202,370
Vendas Mercado Interno	21	392,970	360,785	391,787	376,072
Vendas Mercado Externo	21 e 29	50,920	114,834	50,920	114,834
Total		443,790	475,618	442,707	490,835
Deduções das Vendas					
Impostos e Devoluções	29	(25,765)	(42,853)	(38,033)	(44,000)
Receita Líquida de Vendas		418,025	432,765	404,674	446,835
Valor Justo dos Biológicos	11 e 21	(2,844)	(47,557)	(2,844)	(47,557)
Custos dos Produtos Vendidos	22	(307,347)	(275,261)	(300,228)	(266,705)
Lucro Líquido de Vendas		107,834	109,947	101,602	132,573
Despesas Operacionais					
Despesas Administrativas e Gerais	22	(20,430)	(15,267)	(21,408)	(17,813)
Despesas de Vendas	22	(2,787)	(2,590)	(2,787)	(2,590)
Resultado de Equivalência Patrimonial	9	17,557	25,302	11,971	4,772
Outras Receitas e Despesas Operacionais	22	38,640	31,539	38,640	31,539
Lucro Operacional		130,812	124,004	128,011	243,597
Recursos financeiros	24	18,969	8,342	23,924	10,455
Despesas financeiras	24	(1,719)	(2,050)	(1,723)	(2,052)
Recursos (Despesas) Financeiras Líquidas		17,250	6,292	22,201	8,403
Lucro Operacional após Recursos Financeiras Líquidas		148,062	130,338	150,211	252,000
IR e Contrib. Social Correntes	16	(34,797)	(69,022)	(36,946)	(70,684)
IR e Contrib. Social Diferidos	17	3,409	3,515	3,409	3,515
Lucro Líquido de Vendas		116,674	144,831	116,674	184,831
Lucro em RS por Ação		16,402	16,402	16,402	16,402
Quantidade de Ações em Circulação		7,105,029	7,105,029	7,105,029	7,105,029

Demonstrações dos Resultados Abstratos					
		Controladora		Consolidado	
Notas	2023	2022	2023	2022	
Lucro Líquido do Exercício	29	116,674	184,831	116,674	184,831
Outros resultados abrangentes	29				
resultados dos tributos					
Resultado abrangente total		116,674	184,831	116,674	184,831

1. Contexto operacional A Usina Santa Lúcia S.A. é operada pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo ("Cooperativa"), cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de açúcar e etanol nos estabelecimentos da Cooperativa. O resultado da comercialização desses produtos, nos mercados interno e externo, é rateado para cada cooperado, conforme as regras legais definidas pelo Parecer Normativo CST nº 66, de 5/09/1986 (PN 66). A sua controladora J.O. Bioenergia S.A., tem por objeto operacional a cogeração de energia elétrica utilizada para o consumo interno e para a comercialização com terceiros. As atividades da Companhia Usina Santa Lúcia S.A. e sua controladora J.O. Bioenergia S.A. doravante denominadas "Companhia", compreendem substancialmente as seguintes operações: a. Usina Santa Lúcia S.A. a Usina Santa Lúcia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado. A Companhia possui uma unidade industrial, localizada no município de Araras-SP. Com capacidade de processamento superior a 1,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra, tem como atividade preponderante a industrialização e a comercialização, no país e no exterior, de açúcar, melado, etanol, vapor e demais produtos derivados da cana-de-açúcar. Sempre que agregar valor ao seu portfólio de produtos, a comercialização de melado. Toda cana-de-açúcar utilizada no processo das unidades industriais provém de lavouras próprias cultivadas em áreas próprias e por meio de parcerias agrícolas com acionistas e terceiros. A cana-de-açúcar adquirida de seus parceiros agrícolas são realizadas por preço que usa como referência a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotada pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo - CONSECAN-SP. Na safra 2022/23 foram processadas 1.481.600 mil toneladas de cana-de-açúcar (1.468,265 na safra 2021/22). Com essa produção a Companhia produziu 1.023.223 toneladas de açúcar, 609.976 toneladas de etanol e 1.402 toneladas de melado. Desta forma, o mix das safras foi de 44,14% para o açúcar e 55,99% para o etanol e melado (50,96% para o açúcar e 49,04% para o etanol e melado na safra 2021/22). Foram produzidas 86.142 ton. de açúcar bruto e VHP (101.733,76 ton. na safra 2021/22) e 62.950,00 mil metros cúbicos de etanol anidro e hidratado (49.045,00 mil na safra 2021/22) e 20.919,31 toneladas de mel (42.220,75 ton. na safra 2021/22). A Companhia é certificada para a emissão de CBIOs que são comercializados por intermédio de sua cooperativa. O CBIOs foi instituído pela Lei nº 13.576/2017 (Lei nº 13.576/2017) que é a Política Nacional de Bioenergia. O principal instrumento de Renovação e/ou estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis de forma a incentivar o aumento da produção de biocombustíveis na matriz energética de transporte do país. Distribuidoras de combustíveis deverão comprovar o cumprimento de metas individuais compulsórias por meio de compra de Créditos de Descarbonização (CBO) ativo financeiro negociável em bolsa, derivado da certificação do processo de biocombustíveis com base nos respectivos níveis de eficiência alcançadas em relação às suas emissões. A Usina Santa Lúcia S.A. gerou na safra 2022/23, 45,183 mil CBIOs (32.744 mil na safra 2021/22). Destes 45,183 mil CBIOs, 30,844 mil (30,844 mil na safra 2021/22) foram comercializados através da Cooperativa, que resultou em uma receita de R\$ 3.380 mil na safra 2022/23 (R\$ 1.211 mil reais na safra 2021/22), e a J.O. Bioenergia S.A. a controladora (1) possui uma subsidiária integral, domiciliada na Estrada Usina Santa Lúcia, s/nº, Zona Rural, Caixa Postal nº 31, no município de Araras-SP, tem como objeto a cogeração e comercialização de energia, gerada a partir do fonte vapor de água e matérias-primas complementares, podendo, ainda, praticar outros atos correlatos e afins a seu objeto social. A controladora tem capacidade instalada de geração de energia de superior a 48 MW por ano. No exercício de 2022, a produção de energia foi de 60,973,66 MWh (65.053,42 MWh na safra 2021/22). Guerra na Ucrânia A Guerra entre Rússia e Ucrânia, que se iniciou em fevereiro de 2022, vem afetando a economia Global, destacando alguns impactos que afetam o Grupo: (i) maior volatilidade nos preços do petróleo e seus derivados que levou a aumento no preço dos combustíveis (etanol); (ii) aumento no preço de fertilizantes, defensivos agrícolas e insumos produtivos que impacta nos custos de produção do Grupo; (iii) aumento no preço de commodities que levou ao aumento dos custos de arrendamento e da receita decorrente da venda de commodities; (iv) piora na cadeia de suprimentos global que já estava frágil levando a aumento dos custos de insumos e matérias-primas, dentre eles o risco de seca prolongada, pragas e incêndios. Para mitigar os impactos desses fenômenos, a Companhia realiza o monitoramento constante desses riscos, bem como adota medidas mitigatórias, caso venham a ocorrer. 2. Base de preparação Declaração de conformidade e base de preparação As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as *International Accounting Standards* ("IFRS") e os pronunciamentos do *International Accounting Standards Board* ("IASB"). A evidência destas informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira somente pelas empresas de capital aberto, mas a empresa em observância as melhores práticas de divulgação e em respeito as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis, opta também por divulgar-lá. Dessa forma, como o IFRS não requer a apresentação dessa demonstração, sua divulgação de forma complementar não ocasiona qualquer prejuízo ao conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exigidas obrigatoriamente. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis e transações em áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais pressupostos e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na nota explicativa 2.6. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas na nota explicativa nº 2.7. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração para a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foi autorizada pela Diretoria em 6/07/2023. **Demonstrações financeiras individuais e consolidadas** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas contemplam a totalidade das operações da companhia Usina Santa Lúcia S.A. e a respectiva equivalência patrimonial sobre sua controladora J.O. Bioenergia S.A. e coligada Copersucar S.A., cujo a Companhia possui influência significativa. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da sua controladora nos exercícios findos em 31/03/2023 e 2022, conforme nota explicativa 2.2 e nota explicativa 9. Suas coligadas foram mantidas como investimentos avaliadas através de equivalência patrimonial, conforme nota explicativa 2.3 e nota explicativa 9. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas contemplam as seguintes companhias:

Percentual de participação				
		2023		2022
Entidades do Grupo	País	Classificação	2023	2022
Copersucar S.A.	Brasil	1.507,9%	1.507,9%	1.507,9%

Base de consolidação (i) Controladas A Companhia controla uma investida quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As demonstrações financeiras de controladas são consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. (ii) Operação descontinuada Uma operação descontinuada é reconhecida com a baixa de um componente da entidade que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distinguidos, operacionalmente e para fins de divulgação nas demonstrações contábeis, do resto da entidade. (iii) Investimentos em entidades coligadas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Percentual de participação				
		2023		2022
Entidades do Grupo	País	Classificação	2023	2022
Copersucar S.A.	Brasil	1.507,9%	1.507,9%	1.507,9%

Os investimentos da Companhia na Copersucar S.A., sua coligada, é contabilizada pelo método da equivalência patrimonial pela influência significativa que esta possui naquela entidade. Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as informações contábeis consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. (iv) Transações eliminadas em consolidadas Saldo e transações eliminadas em consolidadas são aquelas e quaisquer receitas ou despesas não realizadas decorrentes de transações entre a Companhia e suas controladas, são eliminadas para fins das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas investidas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. (v) Transações eliminadas em consolidadas Saldo e transações eliminadas em consolidadas são aquelas e quaisquer receitas ou despesas não realizadas decorrentes de transações entre a Companhia e suas controladas, são eliminadas para fins das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas investidas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. (vi) Base de mensuração As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; • Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo pelo método do resultado são mensurados pelo valor justo; e • Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de venda. **Moeda funcional** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Usina Santa Lúcia S.A. e investidas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método indireto					
		Controladora		Consolidado	
Notas	2023	2022	2023	2022	
Atividade Operacionais					
Lucro antes do IR e CS	29	116,674	184,831	116,674	184,831
Depreciação e amortização	12	248	248	248	248
Amortização de Diferidos					
sobre contratos de parceria	26	17,522	8,125	17,522	8,125
Equivalência Patrimonial	9	(17,557)	(31,539)	(17,557)	(41,290)
Atribuição valor justo					
ao ativo biológico	11	2,844	(47,557)	2,844	(47,557)
Provisão para perdas nos estoques	4	461	138	461	138
Provisão para Contingências	18	14,539	12,688	14,539	12,688
IR e CS diferidos	17	(4,376)	12,654	(4,376)	12,654
Caixa residual de bens do ativo imobilizado baixados	10	20,973	1,299	20,973	1,299
Doações Incentivadas		593		593	
Total do resultado de atividades operacionais		225,659	195,261	232,268	223,027
Variáveis nos ativos e passivos					
(Aumento) redução de (contas) a receber de clientes	4	(8,711)	5,509	(8,806)	5,652
(Aumento) redução de impostos a recuperar	6	(4,131)	(3,04)	(4,134)	(3,07)
(Aumento) redução de estoques	5	(15,420)	(10,209)	(15,421)	(10,214)
(Aumento) redução de adiantamentos a Fornecedores	7	(2,534)	(3,749)	(2,586)	(3,788)
(Aumento) redução de dividendos a receber	9	3,661	(3,570)	112	(112)
(Aumento) redução de despesas exercido seguinte	8	367	(395)	367	(395)
(Aumento) redução de depósitos judiciais	18	(14,552)	(12,744)	(14,552)	(12,744)
(Aumento) redução de Partes Relacionadas	28	28	221		70
(Aumento) redução fornecedores	14	(4,772)	166	(4,790)	70
(Aumento) redução de obrigações com direito de uso	26	(5,251)	22,356	(5,251)	22,356
(Aumento) redução de aumentos em salários e férias a pagar	15	854	248	861	244
(Aumento) redução de impostos e contribuições a recolher	16	(2,419)	87	(2,335)	433
(Aumento) redução de adiantamento de clientes	7	-	(1,649)	-	(1,649)
(Aumento) redução em dividendos	9	-	-	-	(1,649)
e juros s. capital próprio	19	21,512	11,388	21,512	11,388
Fluxos de caixa proveniente das atividades operacionais		194,290	202,617	197,244	233,961
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de investimento	9	8,142	12,209	6,975	1,113
Dividendos judiciais	10	(106,791)	(89,525)	(106,892)	(89,694)
(Aumento) redução em Direitos de Uso	26	(12,271)			

continuação 17. Imposto diferido e líquidos Os impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

Table with columns: Em 31 de dezembro de 2021, Recebido em 31 de dezembro de 2022, Em 31 de dezembro de 2023, and corresponding values for IR e CS, Ativo Biológico, Investimentos, and Líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis. Com base na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, são registrados os créditos contábeis sobre prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social, os quais não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual. As projeções de lucro são revisadas periodicamente, e o ativo fiscal diferido é reavaliado caso haja fatores relevantes que venham a modificar sua perspectiva de realização. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios quando de sua elaboração. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas projeções. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada como segue:

Table showing Taxa efetiva and Liquido contábil antes do IR e da CS, with columns for 2023, 2022, and 2021, and sub-totals for 2023 and 2022.

A Controlada J.F. Bioenergia S.A. é optante pelo lucro presumido, que é um regime tributário no qual a empresa faz a apuração simplificada do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A Receita Federal presume que uma determinada porcentagem do faturamento é o lucro. No caso dela, os produtos e mercadorias é de 8% para o imposto de renda e de 12% para a contribuição social sobre o lucro. Sobre esta presunção de lucro aplica-se as alíquotas de incidência do IRPJ (Alíquota de 15% mais um adicional de 10% para o que ultrapassar 60 mil por trimestre) e da CSLL (Alíquota de 9%).

Provisão para contingências A Companhia e suas controladas são envolvidas em processos judiciais em andamento, envolvendo trabalhos, ambientais, civis e tributárias. Para fazer face às perdas futuras vinculadas a esses processos, foi constituída provisão em valor considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir as perdas avaliadas como prováveis. A Companhia e suas controladas classificam o risco de perda nos processos legais como "remotos", "possíveis" ou "prováveis". A avaliação da probabilidade de perda passa pelas, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada com base nos pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos da Companhia e de suas controladas.

Discussões judiciais em nome da Cooperativa: (i) A Companhia tem por prática ao discutir questões ativas de natureza tributária, todavia a opção dos administradores é conservadoramente adotando medidas legais de menor custo a Companhia e sempre que autorizado, amparado por depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade e reserva de valor sem risco para a Companhia. No exercício findo em 31/03/2023, a empresa realizou depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade de créditos judiciais recebidos do IAA decorrentes de ação judicial vencedora que está em liquidação pelo Governo Federal. Por conservadorismo, tanto a Companhia, quanto a Cooperativa estão fazendo a retenção dos PIS e COFINS e a Companhia, adicionalmente o IRPJ e CSLL em incidentes sobre a indenização. (ii) Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre açúcar cristal - Sub-judice. Amparado por liminares obtidas em mandados de segurança referentes às safras de 2021 e 2022, a Companhia promoveu o não destaque do IPI sobre a saída de açúcar com base na alegação de inconstitucionalidade da tributação, fundamentada, entre outros aspectos, pela violação do princípio da seletividade, previsto no artigo 153, parágrafo 3º, inciso I da Constituição Federal. A partir de maio de 2021, a Companhia optou por recolher os valores do IPI. (iii) PIS/COFINS: A Companhia, através de sua cooperativa e por meio de mandados de segurança, questiona a exigibilidade do crédito tributário que representa o PIS e COFINS em base de cálculo do PIS e COFINS, sob a alegação de que tal verba não se qualifica como faturamento ou receita própria, conforme estabelece o artigo 195, Inciso I e EC 20/1998, em consonância com o artigo 110 do CTN. Em 13 de maio de 2021, o STF reconhecendo a inconstitucionalidade da cobrança. Os efeitos irão impactar positivamente nos resultados da Companhia nos próximos anos. Como a responsável pela ação é a Cooperativa seus efeitos serão repassados por meio do parcelar 66. (iv) Provisões não contabilizadas pela cooperativa: Contingências tributárias decorrentes de processos judiciais, mas que em caso de êxito ou perda serão proporcionalmente rateadas a Companhia. A Companhia possui contingências de responsabilidade de sua Cooperativa centralizadora de vendas, as quais são administradas por meio de seus assessores jurídicos. São atos de infração e imposição de multa (AIMs) na esfera federal relativos ao IPI sobre açúcar no valor histórico dos AIMs, PIS e COFINS, bem como, processos administrativos referentes ao ICMS interestadual. Considerando que os efeitos dos débitos estão garantidos por notas fiscais e faturas bancárias, bem como, seus assessores jurídicos estimam ser possível a probabilidade de êxito na defesa apresentada, sobre as mesmas não foram constituídas provisões, desta forma, tendo em vista que as práticas contábeis não requerem sua contabilização 5) Por fim, a Companhia, alinhada à atuação das demais cooperadas da Copercucar, propõe medida judicial para discussão do IRPJ/CSLL/PIS/COFINS com depósito judicial para suspensão da exigibilidade dessas tributos. O restante desse crédito continua classificado pela Administração da Companhia como provável, mas não sob seu controle, razão pela qual segue não registrado. 6) Ativo Contingente (Copersucar): O poder judiciário condenua a União a indenizar a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, por danos decorrentes da fixação de preços defasados, em vendas de açúcar e álcool realizadas na década de 80. Foram expedidas requisições de pagamentos em anos anteriores. Na safra 2022/2023, foram levantadas pela Cooperativa no mês de setembro a quarta parcela do primeiro precatório e o mês de outubro a terceira parcela do segundo precatório. A parcela que corresponde a Usina Santa Lucia S.A. foi repassada no montante de R\$ 39.713 em 2022 (R\$ 34.660 em 2021). Do valor repassado foram descontados com honorários equivalente a 10%, gastos, custas, etc., o montante de R\$ 4.079 em 2022 (R\$ 3.566 em 2021). O valor líquido do precatório recebido é de R\$ 31.959 em 2022 (R\$ 27.888 em 2021). Há possibilidade de expedição de nova requisição de pagamento, na ordem de R\$ 2,4 bi para a Cooperativa, da qual a parcela caberá à Usina Santa Lucia S.A. Na data base da elaboração dessas demonstrações financeiras a melhor estimativa da administração é de ser o crédito provável, mas não praticamente certo, porque não está sob o controle total da entidade (estando pendentes de julgamento final agravo de instrumento e ação rescisória apresentadas pela União Federal perante o TRF-DF, objetivando suspender os pagamentos). Portanto, o direito creditório foi registrado nos limites dos montantes efetivamente recebidos. Paralelamente, a sua Cooperativa propôs medida judicial objetivando afastar a exigibilidade do PIS e COFINS sobre os créditos em questão por entender não caracterizar receita tributável em nome da Cooperativa. Adicionalmente, a cada parcela recebida pela Usina Santa Lucia S.A., a Administração tem ingressado com ações tanto também não incorrer no pagamento das incidências tributárias de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL incidentes sobre os valores levantados. Os respectivos valores estão sendo discutidos judicialmente e estão sendo depositados em juízo para resguardar a Companhia. A Administração da Companhia não baseia em projeções de seus assessores jurídicos (e de Cooperativa quando responsável pelo tributo), analisa as demandas judiciais pendentes, e com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. O valor provisionado está compreendido por: As principais informações dos processos e suas movimentações estão assim apresentadas:

Table with columns: Trabalho, Tributo, Total, and values for 2023, 2022, and 2021.

Reserva legal É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Ajustes de avaliação patrimonial É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do IAS 16 (CPC 27) e Interpretação Técnica IPCC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e da contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que deram origem. Dividendos mínimos obrigatórios O estatuto social da Companhia determina um precatório de dividendos no valor de 6% do lucro distribuível ao pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios. Os dividendos mínimos obrigatórios a pagar, quando devidos, são destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo. Juros sobre o capital próprio Juros sobre Capital Próprio ou "JCP" são os juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, nos termos do §7º do artigo 9º da Lei nº 9.249, 26 de dezembro de 1995. A política de distribuição de dividendos prevê que a Companhia poderá remunerar os acionistas por meio de dividendos e/ou JCP, conforme estabelecido no Estatuto Social, e caso a Companhia opte pelo pagamento de JCP, o montante pago, líquido de imposto de renda retido na fonte, nos termos da legislação aplicável, poderá por opção da administração ser imputado ao dividendo obrigatório devido aos acionistas no exercício, como ocorreu no exercício. Os dividendos mínimos obrigatórios a pagar foram calculados conforme segue:

Table with columns: Descrição, 2023, and 2022, showing details of dividendos mínimos obrigatórios.

Saldo do resultado do exercício a disposição da AGO (-) Dividendos mínimos obrigatórios (+) Dividendos autônomos (-) Dividendos pagos no exercício (=) Total de dividendos (+) Juros sobre o capital próprio não imputado ao dividendo obrigatório (=) Total Distribuição de dividendos e Juros sobre o capital próprio aos acionistas

Table with columns: Valor contábil, justo, and values for 2023, 2022, and 2021.

Reserva de retenção de lucros Em conformidade com artigo 196 da Lei 6.404/76, a Companhia constitui Reserva de Retenção de Lucros com base no orçamento de capital após as destinações estatutárias e legais conforme proposta da Administração. O orçamento de capital é submetido para apreciação e aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas (AGO). A proposta da administração é para a constituição de Reserva de Retenção de Lucros, no montante do saldo de lucros acumulados remanescentes de R\$ 110.098, no montante do valor de planos de manutenção, melhorias e investimentos futuros da Companhia. 20. Instrumentos financeiros A. Classificação contábil Dada a característica dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia e sua Controlada, a Administração avalia que os saldos contábeis se aproximam dos valores justos. Controladora

Table with columns: Valor contábil, justo, and values for 31/03/2023, 31/03/2022, and 31/03/2021.

Caixa e equivalentes Aplicações financeiras Contas a receber e outros recebíveis Totais Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo Empréstimos e financiamentos Fornecedores e outras contas a pagar Diretos de Uso em Contratos de Parceria Total

Caixa e equivalentes Aplicações financeiras Contas a receber e outros recebíveis Totais Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo Empréstimos e financiamentos Fornecedores e outras contas a pagar Diretos de Uso em Contratos de Parceria Total

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento pode ser trocado em uma transação corrente entre partes que desistam negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os métodos e premissas utilizados para estimar o valor justo estão descritos a seguir. O valor justo de caixa e equivalentes de caixa, conta a receber, outros ativos financeiros, conta a pagar e outras obrigações de curto prazo se aproximam do resultado do exercício

Table with columns: Valor, Risco, and values for 31/03/2023, 31/03/2022, and 31/03/2021, showing scenarios for Proxíavel, 25%, and 50%.

Risco de moeda A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco de moeda (dólar norte-americano) em parte de seus empréstimos tomados em moeda diferente da moeda funcional. Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia e suas controladas garantem que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável comprando ou vendendo moedas estrangeiras a taxas à vista, quando necessário, para tratar de qualquer risco de moeda. O risco de preço de commodities Segundo a política de gestão de riscos aprovada pelo Conselho de Administração da Copercucar, da qual a Companhia é cooperada, indiretamente faz uso dos derivativos de commodities buscando minimizar a volatilidade do seu resultado ocasionada pelas oscilações naturais dos preços das commodities. Dessa forma trabalha com a fixação de preços dos produtos e realiza o reconhecimento contábil de ativos e passivos, diretos e obrigações a valor justo, valorizados de acordo com a cotação dos preços de commodities nas Bolsas Nacionais e Internacionais (BM&F, ICE/NYBOT) e índices divulgados pela CEPEA/ESALQ/IOBC. Mercadorias utilizadas para referência de preço de venda para o açúcar o valor do açúcar "Sugar #11/ICE" da Bolsa de Nova Iorque, e do etanol o indicador CEPEA/ESALQ. A exposição líquida entre ativos (expectativas de produção) e passivos (contratos de fiação) para o açúcar é gerenciada e protegida (hedged) por meio de instrumentos financeiros derivativos de açúcar "Sugar #11/ICE" (futuros, opções ou balcão) referenciados à mesma Bolsa. No que se refere a outros tipos de instrumentos financeiros derivativos líquidos para proteção (hedge), ele tem sua exposição gerenciada com base nas políticas de hedge do etanol físico que conta com uma estrutura de estoque adequada para carregos do produto em momentos que a Companhia entenda ser desfavorável a comercialização do mesmo. O monitoramento de exposição e riscos é realizado por meio dos limites de risco aprovados e pré-estabelecidos pelo Conselho de Administração. Os ganhos ou perdas originadas dessas instrumentos de proteção são registrados no resultado do exercício. Exposição do

ximam de seu valor contábil devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. O valor justo de outros ativos e passivos de longo prazo não é difer significativamente de seus valores contábeis. O valor justo dos instrumentos financeiros passivos da Companhia se aproxima do valor contábil, uma vez que estão sujeitos a taxas de juros variáveis e não houve alteração significativa no risco de crédito da Companhia. Os valores de hedge são avaliados por meio de técnicas de avaliação com dados de mercado observáveis e referem-se, principalmente, a swaps de taxas de juros e NDF. As técnicas de avaliação aplicadas geralmente incluem modelos de precificação e contratos, com cálculos de valor presente. Os modelos incorporam vários dados, incluindo a qualidade de crédito das contrapartes, câmbio à vista e taxas futuras e curvas de taxas de juros. Hierarquia do valor justo A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar os valores justos dos instrumentos financeiros de acordo com a técnica de avaliação utilizada: • Nível 1: Preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: Outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e • Nível 3: Técnicas que usam dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo que não sejam baseados em dados observáveis de mercado. Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31/03/2023 e 2022. e. Gerenciamento de riscos ambientais A Companhia possui exposição a seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: Riscos operacionais • Riscos de crédito; • Riscos de liquidez; • Riscos de mercado; • Riscos de taxa de juros; e • Riscos de câmbio. Esta nota apresenta informações sobre a exposição a Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital a Companhia. Estrutura do gerenciamento de risco A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas, e os gestores de cada área reportam-se regularmente à Presidência sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam seus papéis e obrigações. (i) Riscos operacionais Riscos regulatórios e ambientais A Companhia, suas controladas e coligada estão sujeitas às leis e aos regulamentos pertinentes às atividades em que operam. Dessa forma, as Companhias estabeleceram políticas ambientais e procedimentos que visam ao cumprimento das leis ambientais. As instalações de produção e suas atividades industriais e agrícolas estão sujeitas a regulamentações ambientais. A Companhia e suas controladas adotam medidas para diminuir os riscos associados com assuntos ambientais por procedimentos operacionais e de controles com investimentos em equipamentos de controle de poluição. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos. A Companhia, suas controladas e coligada acreditam que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e nos regulamentos em vigor. Riscos climáticos e outras As atividades operacionais de seringueiras e cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças e outras forças naturais. A Companhia e suas controladas tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura. (ii) Risco de crédito Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou a Companhia não pague o valor recuperável financeiro falhe em cumprir com os valores contratuais. Exposição a riscos de crédito O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das informações financeiras foi:

Table with columns: Fluxo contábil, Valor contábil, and values for 31/03/2023, 31/03/2022, and 31/03/2021.

Caixa e equivalentes Aplicações financeiras Contas a receber e outros recebíveis Totais Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo Empréstimos e financiamentos Fornecedores e outras contas a pagar Diretos de Uso em Contratos de Parceria Total

Caixa e equivalentes Aplicações financeiras Contas a receber e outros recebíveis Totais Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo Empréstimos e financiamentos Fornecedores e outras contas a pagar Diretos de Uso em Contratos de Parceria Total

Caixa e equivalentes Aplicações financeiras Contas a receber e outros recebíveis Totais Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo Empréstimos e financiamentos Fornecedores e outras contas a pagar Diretos de Uso em Contratos de Parceria Total

Table with columns: Valor, Risco, and values for 31/03/2023, 31/03/2022, and 31/03/2021, showing scenarios for Proxíavel, 25%, and 50%.

de Gestão de Risco da Companhia, de Commodities e de Liquidez implementada e faz uso de diversos instrumentos de hedge para proteger uma parcela do volume projetado das vendas a preços futuros, com objetivo exclusivo de mitigação de riscos advindos dos descaamentos dos indexadores entre ativos e passivos (preços das commodities, taxas de juros ou de câmbio). Nos termos da Política de Gestão de Risco Cambial, de Commodities e de Liquidez, a Companhia, via sua cooperativa de comercialização, poderá se utilizar de diversos instrumentos de derivativos disponíveis, tais quais: (i) Fixação do preço futuro do açúcar em dólar; (ii) Compra ou venda de câmbio à vista ou futuro; (iii) Swap de moeda estrangeira; (iv) Pagamento antecipado ou tomada de financiamentos em moeda estrangeira; (v) Compra e venda de opções de câmbio e preços de commodities; (vi) Aplicação de fundos cambiais; (vii) Compra e venda de opções de açúcar; e (viii) Manutenção de disponibilidades em moeda estrangeira. 21. Receita operacional líquida A Companhia gera receita principalmente pela venda de produtos derivados do processo de industrialização da cana-de-açúcar, tais como, açúcar, etanol, melão, energia etc. A receita é reconhecida no momento da transferência da propriedade do produto vendido pelo valor considerado pela Companhia como provável do recebimento da contraprestação à qual tem direito, por meio do ratio de sua cooperativa de comercialização, Copercucar. A receita operacional da Companhia e de suas controladas é composta pela receita de venda de produtos, conforme abstrata abaixo:

Table with columns: Valor contábil, Fluxo contábil, and values for 2023, 2022, and 2021, showing revenue breakdown by product and market.

liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado de commodities. Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia e de suas controladas, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. Exposição ao risco de liquidez Os valores contábeis dos passivos financeiros com risco de liquidez estão representados abaixo:

Table with columns: Valor contábil, Fluxo contábil, and values for 31/03/2023, 31/03/2022, and 31/03/2021.

Fornecedores e outras contas a pagar Empréstimos e financiamentos Fornecedores e outras contas a pagar Diretos de Uso em Contratos de Parceria Total

Fornecedores e outras contas a pagar Empréstimos e financiamentos Fornecedores e outras contas a pagar Diretos de Uso em Contratos de Parceria Total

Fornecedores e outras contas a pagar Empréstimos e financiamentos Fornecedores e outras contas a pagar Diretos de Uso em Contratos de Parceria Total

Table with columns: Valor contábil, Fluxo contábil, and values for 31/03/2023, 31/03/2022, and 31/03/2021.

de Gestão de Risco da Companhia, de Commodities e de Liquidez implementada e faz uso de diversos instrumentos de hedge para proteger uma parcela do volume projetado das vendas a preços futuros, com objetivo exclusivo de mitigação de riscos advindos dos descaamentos dos indexadores entre ativos e passivos (preços das commodities, taxas de juros ou de câmbio). Nos termos da Política de Gestão de Risco Cambial, de Commodities e de Liquidez, a Companhia, via sua cooperativa de comercialização, poderá se utilizar de diversos instrumentos de derivativos disponíveis, tais quais: (i) Fixação do preço futuro do açúcar em dólar; (ii) Compra ou venda de câmbio à vista ou futuro; (iii) Swap de moeda estrangeira; (iv) Pagamento antecipado ou tomada de financiamentos em moeda estrangeira; (v) Compra e venda de opções de câmbio e preços de commodities; (vi) Aplicação de fundos cambiais; (vii) Compra e venda de opções de açúcar; e (viii) Manutenção de disponibilidades em moeda estrangeira. 21. Receita operacional líquida A Companhia gera receita principalmente pela venda de produtos derivados do processo de industrialização da cana-de-açúcar, tais como, açúcar, etanol, melão, energia etc. A receita é reconhecida no momento da transferência da propriedade do produto vendido pelo valor considerado pela Companhia como provável do recebimento da contraprestação à qual tem direito, por meio do ratio de sua cooperativa de comercialização, Copercucar. A receita operacional da Companhia e de suas controladas é composta pela receita de venda de produtos, conforme abstrata abaixo:

Table with columns: Valor contábil, Fluxo contábil, and values for 2023, 2022, and 2021, showing revenue breakdown by product and market.

A comercialização de Açúcar, Etanol e CBIOS são realizadas por intermédio de sua Cooperativa e atribuído ao resultado da Companhia por meio do Parcelar 66. Os demais produtos são comercializados pela Companhia e por meio da controladora e controlada. A Companhia reconhece a receita refletindo a contraprestação que espera receber em troca do controle das mercadorias. Não há estimativa de perdas com vendas e não há programa de fidelidade. A Companhia considera que todas as obrigações de desempenho são cumpridas no momento da entrega do produto, que é também o momento do reconhecimento da receita. 22 Custos e despesas operacionais por natureza A. Custo dos produtos vendidos Os custos dos produtos vendidos são apurados pelo método de absorção e registrados quando da venda dos produtos e mercadorias. Ele contempla as atividades agroindustriais da Companhia e de sua controlada. Abertura dos custos de produção em 31/03/2023:

Table with columns: Valor contábil, Fluxo contábil, and values for 2023, 2022, and 2021, showing cost breakdown by material and category.

b. Despesas com vendas Despesas Operacionais Despesas Administrativas Outras Despesas

c. Despesas gerais e administrativas Despesas Operacionais Despesas Administrativas Despesas de Vendas Resultado de Equivalência Patrimonial

23. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas Recebimento do Processo do IAA Tributos sobre os valores do IAA Valor líquido do IAA Repasse de ganho de Processos Copercucar Receita de Aluguel Venda de sucatas Valor Residual do Imobilizado Outras Receitas Outras Receitas Operacionais

(a) Créditos de descompartilhamento - CBIOS são reconhecidos no momento do reconhecimento de receita de etanol amilado e hidratado pelo valor de mercado. Ao identificar perda na avaliação do estoque de CBIOS, a provisão para perda é reconhecida em outras receitas (despesas) operacionais líquidas. A venda de créditos é reconhecida como receita bruta e a baixa do estoque no custo de produtos vendidos. (b) a) IAA: O poder judiciário condenou a União a indenizar a Cooperativa por danos causados a seus cooperados decorrentes da fixação de preços defasados em vendas de açúcar e etanol realizadas na década de 1980. Dado o prazo de prescrição de 5 anos, a parcela do valor é retido referente a PIS e COFINS sobre o valor da indenização. Adicionalmente a essa retenção que objeto de discussão da competência do recolhimento, a Companhia ainda discute judicialmente a incidência do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL sobre os valores indenizados. 24. Resultado financeiro líquido

Table with columns: Valor contábil, Fluxo contábil, and values for 2023, 2022, and 2021, showing financial results.

Área em parceria A movimentação de direito de uso durante o período de vencimento é a seguinte: 27. Compromissos contratuais de venda de energia A Controlada possui contratos no mercado de energia através dos quais se compromete a vender os volumes desses produtos em safas futuras. Esses volumes relacionados aos compromissos são de 20.148 MWtL 28. Partes relacionadas Operações com pessoal-chave da Administração Remuneração de pessoal-chave da Administração O pessoal-chave da Administração da Companhia é composto pela Diretoria, eleitos por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. Os montantes referentes à remuneração de pessoal-chave da Administração incluem salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos. A Companhia e suas controladas não possuem outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Benefícios a empregados A Companhia e suas controladas fornecem aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: alimentação, transporte, seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, farmácia, entre outros. A Companhia e suas controladas incluem em suas políticas de recursos humanos o Programa de Participação nos Resultados (PPR), sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal. As metas e os critérios de definição e a distribuição da verba de premiação são acordadas entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes. Outras transações com partes relacionadas Os principais saldos de ativos e passivos em 31/03/2023 e 2022 bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios findos em 31/03/2023 e 2022 relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações de acionistas e companhias ligadas ao mesmo grupo econômico.

Table with columns: Valor contábil, Fluxo contábil, and values for 2023, 2022, and 2021, showing balance sheet items.

Ativo circulante Copercucar Contas Correntes Acionistas Adiantamentos a fornecedores J.O. Bioenergia S/A Dividendos / JSCP a receber

Ativo não circulante J.O. Bioenergia S/A Contas Correntes Investimentos

Passivo circulante Copercucar Empréstimos e Financiamentos Acionistas Dividendos / JSCP a pagar Cana-de-açúcar Passivo não circulante Copercucar Empréstimos e Financiamentos

Resultado Copercucar Receita de Vendas Custo dos produtos vendidos Despesas Operacionais Receitas Financeiras Despesas Financeiras J.O. Bioenergia S/A Receita Operacional Líquida Vapores Custo dos produtos vendidos Energia Elétrica

(a) As operações com a Copercucar referem-se a atos cooperativos realizados com cooperativa centralizadora de vendas. (b) O valor de dividendos a receber com a J.O. Bioenergia S.A. (controlada) refere-se a valor a pagar de dividendos a suas controladoras. (c) O valor de mútuo refere-se a empréstimos de caixa entre a controladora e a controladora e são de baixa monta, geralmente ocorridos na empresaria e liquidados periodicamente. (d) O valor de investimentos representa o valor do patrimônio líquido possuído pela controladora na controlada registrada pelo método de equivalência patrimonial. (e) O valor no passivo representa operação de adiantamento de operações mercantis realizadas pela cooperativa centralizadora de vendas em contrapartida aos direitos mencionados na nota "a)". (f) Os dividendos e juros sobre o capital próprio são valores a pagar aos acionistas de acordo com sua participação e imputados ao dividendo obrigatório. (g) As operações de empréstimos são operações relacionadas a operação de antecipação de crédito com a cooperativa centralizadora de vendas, bem como, de recursos disponíveis pertencentes aos controlados. (h) As operações com o pessoal-chave da Companhia referem-se a operações normalizadas atribuída a Companhia através do Parcelar Normativo CST nº 66/86 que rege as operações entre cooperativa e cooperativa. (i) As operações com a J.O. Bioenergia S.A referem-se a operações internas de venda de água e energia entre a controladora e controlada. Os valores são devidamente expurgados na consolidação. (j) Direitos de uso de terras em modalidade de parcerias agrícolas. Parcerias agrícolas são operações em que a Companhia e suas controladas fornecem aos terceiros para cultivo de cana-de-açúcar, que apesar da natureza jurídica ser parcerias rurais na forma do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504 de 30/11/1964 com alterações pela Lei nº 11.443 de 05/01/2007) passaram a ser enquadrados no conceito de direito de uso da norma contábil em conformidade com o CPC 06(R2)/IFRS 16. O cálculo do preço da cana para fins de pagamento de parcerias se baseia no valor do ATR precificado pela metodologia da Coscena utilizando o mx de produção e preços praticados pela Usina Santa Lucia. Esse valor sofre ajustes conforme o prazo contratual, volume produzido, viabilidade de produção, extensão da fazenda, distância, qualidade do solo, relevo e interesse estratégico, tais condições específicas foram devidamente negociadas entre as partes. 29. Informações por segmento Um segmento operacional é um componente da Companhia e sua controlada que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia e suas controladas. Todos os resultados operacionais são revisados frequentemente pela Diretoria Executiva para decisões sobre o desempenho, para o qual o informações financeiras individualizadas estão disponíveis. A Companhia e suas controladas possui dois segmentos operacionais de agroindústria: 1- Açúcar, Etanol e derivados do processo agroindustrial da cana-de-



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa AUTENTICA DE S.Paulo em seu site de notícias. AUTENTICA DE S.Paulo é a autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publicidadelegal.gazetasp.com.br

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação -açúcar (AED); e 2- Energia Elétrica. As atividades apresentadas na coluna "Outros" não se qualificam como segmentos operacionais e representam atividades não alocadas a segmentos. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: a Diretoria Executiva conforme as alçadas estabelecidas no processo implementado pela Companhia e suas controladas. As análises são realizadas segmentando o negócio sob a ótica dos processos industriais pela Companhia e pelas suas controladas, compondo os seguintes segmentos: • Açúcar, etanol e derivados do processo agroindustrial da cana-de-açúcar (AED). • Energia Elétrica (Energia). As análises de desempenho dos segmentos operacionais são realizadas com base na demonstração do resultado por negócio, com foco na rentabilidade:

	2023			2022		
	AED	Energia	Total	AED	Energia	Total
Receita Bruta						
Mercado interno	385.323	6.458	391.781	360.785	31.410	392.195
Mercado externo	50.920	-	50.920	114.834	-	114.834
(-) Impostos, contr. e deduções sobre vendas	(35.765)	(2.268)	(38.033)	(42.853)	(1.146)	(44.000)
Receita Líquida	400.478	4.190	404.667	432.765	30.264	463.029
Custo dos produtos vendidos	(297.922)	(2.306)	(300.228)	(275.261)	(7.637)	(282.898)
Variação do Valor de Mercado do Ativo Biológico	(2.844)	-	(2.844)	47.557	-	47.557
Lucro bruto	99.712	1.883	101.595	205.062	22.626	227.688
Margem bruta	24,90%	44,95%	25,11%	47,38%	74,76%	49,17%
Despesas Admin. e Gerais	(20.430)	(978)	(21.408)	(15.267)	(2.546)	(17.813)
Despesas com vendas	(2.787)	-	(2.787)	(2.590)	-	(2.590)
Demais despesas/receitas operacionais, líquidas	38.640	-	38.640	31.539	-	31.539

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Usina Santa Lucia S.A. Araras, SP. **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Usina Santa Lucia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, do valor adicionado e dos fluxos de caixa, bem como as correspondentes notas explicativas compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas para o exercício findo nessa data. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individuais e consolidadas da Usina Santa Lucia S.A. em 31 de março de 2023, o desempenho individual e consolidado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Mensuração dos ativos biológicos** Veja a nota explicativa 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas A Companhia mensura os seus ativos biológicos de cana-de-açúcar ao valor justo menos a despesa de venda. A determinação do valor justo menos as despesas de vendas requerem a utilização de premissas e estimativas, que incluem entre outras: a área estimada de colheita, o valor de kg do Açúcar Total Recuperável (ATR), produtividade prevista (toneladas de cana por hectares), quantidade total de ATR e taxa de desconto. Devido às incertezas relacionadas às premissas utilizadas na determinação do valor justo menos as despesas de vendas, ao impacto que eventuais mudanças nas premissas e estimativas usadas na mensuração desse valor teriam nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e à relevância dos montantes de ativos biológicos, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria. Nossos procedimentos incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos chave da Companhia relacionados ao cálculo do valor justo menos a despesa de venda dos ativos biológicos. - Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliação da razoabilidade das principais premissas utilizadas pela Companhia para calcular o valor justo menos a despesa de venda dos ativos biológicos, bem como comparação das principais premissas utilizadas com informações históricas internas e com dados externos observáveis do mercado. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes, especificamente em relação às premissas utilizadas para calcular o valor justo menos as despesas de vendas dos ativos biológicos e a análise de sensibilidade. Com base nos procedimentos realizados acima resumidos, consideramos que, a mensuração do valor justo menos as despesas de vendas dos ativos biológicos, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2023. **Outros assuntos – Demonstrações do Valor Adicionado** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de março de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** A administração é responsável pela elaboração e adequação

Lucro operacional	115.134	905	116.040	218.744	20.081	238.825
Margem Operacional	28,75%	21,61%	28,68%	50,55%	66,35%	51,58%
Participação nos lucros de empresas investidas por equivalência patrimonial	11.971	-	11.971	4.772	-	4.772
Resultado financeiro	17.250	4.951	22.201	6.292	2.111	8.403
Resultado antes dos tributos	144.355	5.857	150.211	229.808	22.192	252.000
Imp. de renda e contrib. social correntes e diferidos	(31.388)	(2.150)	(33.538)	(65.507)	(1.662)	(67.169)
Lucro líquido do período	112.967	3.707	116.674	164.301	20.530	184.831
Ativo						
Ativo circulante	469.267	38.929	508.195	346.946	37.207	384.153
Ativo não circulante	274.253	30.439	304.692	698.825	31.361	730.186
Total do Ativo	1.193.520	69.368	1.262.887	1.045.771	68.568	1.114.339
Passivo						
Passivo circulante	118.803	615	119.418	106.184	488	106.672
Passivo não circulante	215.260	-	215.260	209.775	-	209.775
Total do Passivo	334.063	615	334.678	315.959	488	316.447
Patrimônio Líquido	820.537	67.426	887.963	734.726	63.166	797.892
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.154.600	68.041	1.222.641	1.050.684	63.654	1.114.339

A Diretoria

Contador

Luiz Carlos da Silva - CRC (SP) nº 130.643/O-8

apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras. A não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Ribeirão Preto, 14 de julho de 2023.

Factual Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP025370-2 - CVM Nº 12.572
Ronaldo Tomazella Monteiro - Contador
CRC ISP13641/O-0

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias. **AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>